

ECONOMIA POLÍTICA E A POLÍTICA SINDICAL: O sindicalismo como consequência da disputa pela divisão da mais-valia

Antonio Carlos da Silva¹

RESUMO

Esta pesquisa trata do aparecimento do sindicato de trabalhadores e suas funções. O objetivo geral foi estudar o aparecimento do sindicato e o objetivo específico, pesquisar a função do sindicalismo. O problema: O que e por que os trabalhadores se organizaram em associações? Com o advento do capitalismo no final do século XVIII, na Europa, provocou transformações econômicas e sociais. Ocorreu a metamorfose das mercadorias, que é a transformação de mercadoria (M) em dinheiro (D) e o dinheiro em mercadoria. Com o acirramento da disputa pela apropriação da mais-valia, aumentou a competitividade e a necessidade de aumentar a produtividade. Pode-se aumentar a produtividade, diminuindo-se os salários ou aumentando-se as horas de trabalho sem aumentar os salários dos trabalhadores. Os trabalhadores desejam ganhar o máximo e os empresários pagar o mínimo salário. Então, percebendo que sozinhos não conseguiam enfrentar a força empresarial, os trabalhadores se organizaram em grupos para lutarem contra a fome e a miséria imposta pelo modo de produção capitalista. Depois de um século de luta, em 1824 foi votada, pelo Parlamento inglês, a lei que permitiu a livre associação dos trabalhadores. O sindicato tem quatro funções básicas: (1) organizar, representar e lutar na defesa dos direitos dos trabalhadores; (2) negociar acordos coletivos e comandar greves; (3) desenvolver o senso crítico dos trabalhadores; e, (4) lutar por justiça social. A partir da divisão social entre os que produzem, mas, não são donos do produto produzido e dos que não produzem, mas se apossam do produto produzido é que apareceu a luta pela divisão da mais-valia, tendo como consequência o surgimento dos sindicatos de trabalhadores.

Palavras-chave: Política. Capitalismo. Economia. Sindicalismo. Trabalhadores.

Introdução

Este estudo é parte de um trabalho maior, cujo nome é "O Estado, o partido e o sindicato". Neste texto, discute-se o aparecimento do sindicato de trabalhadores e suas funções. Foi uma pesquisa bibliográfica na área da economia política. A pesquisa teve como objetivo geral estudar o aparecimento do sindicato de trabalhadores e como objetivo específico, pesquisar a função do sindicalismo.

¹ Graduado em Filosofia pela PUCPR. Especialização em Filosofia do Direito pela Unioeste (Toledo, PR), MBA em Gestão Empresarial pela UCDB (Campo Grande, MS), Especialização em Sociologia pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ), Especialização em Ciências Políticas pela Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro, RJ) e Mestrado em Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente pela Unesp (Marília, SP). E-mail: acslogos@hotmail.com Site: www.acslogos.com/

O problema colocado foi: O que e por que os trabalhadores se organizaram em associações, hoje conhecidas como sindicatos? O método usado foi o da pesquisa histórico-bibliográfico. Pois, procura-se resolver o problema acima colocado através de consultas de documentos e livros já publicados sobre o assunto.

Embora o aparecimento do capitalismo tenha provocado o aparecimento de duas as classes sociais, os que produzem (os trabalhadores) e os que se apossam da produção (os empresários), a hipótese aqui colocada é que, provavelmente, o sindicato não surgiu somente em função dessa divisão social do trabalho, como comumente se argumenta, mas da disputa pela divisão da mais-valia. Mesmo porque nos modos de produção escravagista e feudalista existiam classes antagônicas, porém não existiram associações tão fortes e organizadas quanto aos sindicatos.

Na primeira parte, busca-se desvendar o aparecimento e estruturação política do sindicato de trabalhadores e na segunda, aponta-se as funções do sindicato de trabalhadores. Na conclusão está a resposta para o problema acima posto.

1 DO APARECIMENTO

O surgimento e o desenvolvimento do movimento sindical mundial está associado ao aparecimento e desenvolvimento do modo de produção industrial capitalista. O capitalismo iniciou seu desenvolvimento entre os séculos XVI e XVII, como atividades comerciais, na forma de mercantilismo², através das grandes navegações e a descoberta do caminho marítimo para as Índias e dos novos continentes.

O capitalismo industrial aparece com a revolução industrial no final do século XVIII e começo do século XIX, na Europa, inicialmente na Inglaterra. As novas

² Doutrina econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (séculos XVI-XVIII), que defendia o acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado por meio de um comércio exterior de caráter protecionista. Os princípios básicos do mercantilismo são: 1) O Estado deve incrementar o bem-estar nacional, ainda que em detrimento de seus vizinhos e colônias; 2) a riqueza da economia nacional depende do aumento da população e do incremento do volume de metais preciosos no país; 3) o comércio exterior deve ser estimulado, pois é por meio de uma balança comercial favorável que se aumenta o estoque de metais preciosos; 4) o comércio e a indústria são mais importantes, para a economia nacional, do que a agricultura. (SANDRONI, 1999, p. 383).

fábricas transformaram as estruturas econômicas e sociais da Europa. A principal mudança social trazida pelo capitalismo industrial foi, além da ideia de mercadoria, uma nova divisão social do trabalho. Que, segundo Kurz (1992), entre os povos primitivos não existia a ideia de mercadoria porque sua divisão social do trabalho ainda estava incipiente. Então, para entendermos o surgimento do sindicalismo, necessitamos entender o que causou socialmente essa nova divisão social do trabalho.

Com a revolução industrial foram destruídas as estruturas sociais medievais da servidão³ na Europa do século XVI. E, a nova divisão social do trabalho deixa de corresponder, em seus aspectos materiais, técnicos e de conteúdo, às categorias primitivas do mercado e do dinheiro. Uniu os produtos materiais, que fazem parte da socialização direta, com o mercado e o dinheiro que expressam o mundo ideativo da socialização indireta.

Embora as trocas mercadológicas continuassem se apresentando como compra e venda de bens necessários, iniciou-se a socialização direta das produções reais e das categorias formais de uma socialização indireta, isto é, das mercadorias e do dinheiro. Nesse novo contexto social, ocorre, como aponta Marx (1983), a realização da mais-valia⁴ encarnada nos bens e a sua transformação na forma-dinheiro. O dinheiro se torna a abstração real e social. Representando, segundo Marx (1983), a encarnação do trabalho abstrato⁵ e totalmente desvinculado do conteúdo concreto da produção. Ou seja, o produtor (trabalhador) não é mais o dono da mercadoria que produziu e o não-produtor (empresário) é o dono da mercadoria que não produziu. O produtor (trabalhador) passa receber dinheiro, não pela mercadoria que produziu, mas pela venda de sua força de trabalho que também é uma mercadoria, porém muito mais difícil de calcular o seu valor.

³ Relação social de produção típica do feudalismo, caracterizada pela obrigatoriedade de os camponeses pagar rendas aos senhores feudais sob a forma de dias de trabalho sem remuneração e entrega de parte da produção agrícola. (SANDRONI, 1999, p. 554).

⁴ Da razão entre a mais-valia (MV) e a soma do valor do capital constante (C), que são as máquinas, os prédios, as matérias primas e auxiliares, com o capital variável (V), que é força de trabalho (trabalho vivo), tem-se o lucro (L). Se $L = MV/C+V$, logo, $MV = (C+V) \times L$. (HARVEY, 2013, p. 130. V. 1).

⁵ Toda a mercadoria possui substância comum que não é perceptível empiricamente. Mas, que sem a qual a mercadoria não existiria. Essa substância comum é o trabalho humano, trabalho vivo, que é considerado como energias físicas e intelectuais transformadas em mercadoria. (MARX, Livro I, capítulo I).

Kurz (1992, p. 77) afirma que o objetivo final desse novo "[...] processo já não é a mediação de bens concretos, mas sim a transformação de dinheiro em (mais) dinheiro, surgindo uma estranha tensão e incongruência entre a produção da mais-valia e sua realização na esfera da circulação". A esse movimento, Marx (1987, p. 81) denominou de metamorfose das mercadorias, que é a transformação de mercadoria (M) em dinheiro (D) e novamente o dinheiro em mercadoria. Esse movimento $M \rightarrow D \rightarrow M$ ou $D \rightarrow M \rightarrow D$, ambas fazem parte do mesmo circuito, porém, diferem do antigo movimento $M \rightarrow M$, também conhecido com escambo.

Da tensão dos modos de realização da mais-valia nasce a concorrência, como "luta" entre o empresariado. No modelo antigo de produção, por exemplo, o sapateiro tinha preços fixados e garantia de uma fixação análoga entre os padeiros, açougueiros, etc. No novo modelo de produção, o sapateiro não pode mais oferecer tais garantias e fixações. Pois, no sistema capitalista industrial

[...] não se trata mais de produzir sapatos, pão e carne, em proporções fixas, para a mediação no mercado, mas os bens de uso são atirados no dinâmico processo de automovimento do dinheiro. Por isso, a unidade empresarial não pode "trocar" pela quantia correspondente de dinheiro "sua" mais-valia, em forma de bem de uso, tal como o sapateiro trocava seus sapatos por pão e carne; ao contrário, tem que "lutar", na esfera da circulação, mediante a venda de seus produtos num mercado, por uma participação na forma-dinheiro social global da mais-valia. (KURZ, 1992, p. 78).

Assim, o sapateiro deixa de trabalhar com o valor de uso e passa a trabalhar com o valor de venda, passando a "lutar" para transformar seus sapatos em dinheiro na esfera da circulação para obter a mais-valia.

Essa capacidade de "lutar" dependerá da capacidade produtiva do sapateiro. Ele, individualmente, terá uma capacidade produtiva limitada e pouco competitiva nessa nova "luta". Para aumentar a produção ele terá que aumentar a força de trabalho. O sapateiro, obrigatoriamente, terá adquirir tal força, contratando outros sapateiros para com ele trabalhar. Porém, conforme o sistema capitalista vai se desenvolvendo e a disputa pela apropriação da mais-valia se acirra, a competitividade não se restringirá somente ao aumento da produção, mas também ao aumento da produtividade⁶. Como aponta Harvey (2013, p. 163), "o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário

⁶ A produtividade é [...] a razão entre os capitais constante e variável, C/V (HARVEY, 2013, p. 131. V. 1).

incorporado nela, e esse valor diminui à medida que a produtividade aumenta". Para se tornar competitivo na esfera da circulação de mercadorias e do dinheiro, o fictício sapateiro necessitará fabricar grandes quantidades de sapatos, num menor tempo e com a menor quantidade de capital variável possível. Lembrando que capital variável é o capital que remunera o trabalho vivo⁷.

Existem diversas formas de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, aumentar a apropriação da mais-valia. A mais comum é a manutenção da força de trabalho e a redução do capital variável, seja pela diminuição da remuneração dos trabalhadores ou pelo aumento as horas de trabalho vivo sem aumentar a remuneração dos trabalhadores. Outra forma é a substituição do trabalho vivo por máquinas. Pois, uma máquina faz o trabalho de muitos trabalhadores. Isso faz aumentar a mais-valia relativa. É relativa porque essa mais-valia só dura enquanto o empresário possuir máquina com tecnologia mais avançada que seus concorrentes (HARVEY, 2013). Embora não caiba aqui aprofundar esse assunto, mas máquinas não incorporam mais-valia, apenas gastam a mais-valia nelas incorporadas anteriormente. Portanto, as máquinas só realizam trabalho morto⁸, diferentemente do trabalho vivo, realizado pelos trabalhadores, que incorpora a mais-valia absoluta.

A partir do século XVIII, na Inglaterra, a introdução das máquinas no processo produtivo provocou a ruína de milhares de artesãos, que foram obrigados a vender sua força de trabalho aos empresários. Assim, a revolução industrial fez surgir duas classes sociais bem distintas. Uma classe social que vende a sua força de trabalho produzindo as mercadorias e não é dona da mercadoria produzida, chamada de classe trabalhadora e outra classe que, embora não produza, apropria-se da mercadoria produzida, que é a dona dos meios de produção, que são as máquinas, os prédios, as matérias primas e auxiliares.

Com a produção industrial em grande escala, o empresariado, para aumentar a mais-valia, além de impor jornadas de 16 horas de trabalho, também procura aviltar os salários dos trabalhadores. Como bem apontou Smith (1983, p. 92), "[...] os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o

⁷ Trabalho vivo, segundo a concepção marxista do valor, é a força de trabalho posta em ação (criando valor) na elaboração de determinada mercadoria. (SANDRONI, 1999, p. 611).

⁸ Trabalho morto "[...] é sinônimo de trabalho passado e só pode aparecer na forma de uma determinada mercadoria ou produto" (SANDRONI, 1999, p. 611). E, como a máquina é uma mercadoria, só pode realizar "[...] trabalho morto, não produz valor. [...] As máquinas não podem ser um fonte de valor, mas podem ser uma fonte de mais-valor" relativo (HARVEY, 2013, p. 168).

mínimo possível. Os primeiros procuram associar-se entre si para levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los". Aumentar salários, pressupõe-se melhor divisão da mais-valia. Sem compreender o porquê de tal exploração, inicialmente, o trabalhador se revolta individualmente. Mas, percebendo que sozinhos não conseguem fazer o enfrentamento à força empresarial, os trabalhadores começaram se organizar em grupos para lutarem contra a fome e a miséria imposta pelo novo modelo de produção.

O empresariado além de ser em menor número, o que facilita a sua organização, tem ao seu lado o Estado, que não os proibia de se organizarem em associações para, em conluio, aviltar os salários dos trabalhadores. Porém, esse mesmo Estado proibia os trabalhadores de se associarem e se organizarem. Os empresários também são, economicamente, mais fortes do que os trabalhadores, por isso conseguem aguentar por muito mais tempo qualquer movimento grevista, enquanto os trabalhadores não conseguem subsistir um mês sem salário (SMITH, 1983).

Mesmo diante das adversidades acima apontadas, os trabalhadores se organizaram em associações e lutaram contra o aviltamento dos salários e por uma melhor divisão da taxa de lucro (vide nota 4). Smith (1983, p. 93) apontou que os principais pretextos dos trabalhadores para fazerem greves eram, além dos elevadíssimos preços dos alimentos, "[...] os altos lucros que os patrões auferem do trabalho deles", e para, rapidamente, resolver o "[...] impasse, os trabalhadores sempre têm o recurso ao mais ruidoso clamor, e às vezes à violência mais chocante e atroz". Sobre essas atrocidades Hobsbawm (2015) descreve que, na Inglaterra, no início do século XVIII, os tecelões ameaçavam demolir as casas dos patrões e queimar suas fábricas, caso não concordassem com suas condições. Os trabalhadores ingleses, além de destruírem máquinas, também queimavam os estoques de matéria prima, as casas dos patrões e dos trabalhadores que "furavam" greves. Assim, a agressão física fazia parte da política sindical trabalhista. Vale salientar que, em política, tal como nas religiões, trabalha-se com uma tríade: Fé, esperança e medo. Quando a fé e a esperança não surtem os efeitos desejados, impinge-se o medo para atingir os objetivos buscados.

Segundo Smith (1983, p. 93), as violências ocorriam porque os trabalhadores se desesperavam e agiam

[...] com loucura e extravagância que caracterizam pessoas desesperadas que devem morrer de fome ou lutar contra seus patrões para que se chegue a um acordo imediato para com suas exigências. Em tais ocasiões, os patrões fazem o mesmo alarido de seu lado, e nunca cessam de clamar alto pela intervenção da autoridade e pelo cumprimento das leis estabelecidas com tanto rigor contra as associações dos serviçais, trabalhadores e diaristas. Por isso, os trabalhadores raramente auferem alguma vantagem da violência dessas associações tumultuosas, que, em parte devido à interferência da autoridade, em parte à firmeza dos patrões, e em parte por causa da necessidade à qual a maioria dos trabalhadores está sujeita por força da subsistência atual — geralmente não resultando senão na punição ou ruína dos líderes.

Como escreveu Hobsbawm (2015, p. 24), o Luddismo⁹ e a sabotagem, não faziam parte das doutrinas, mas "[...] faziam parte dos métodos de luta". Os trabalhadores não estavam preocupados com o progresso técnico, estavam desesperados com o desemprego e a fome que os atacavam. Como apontou Durkheim (2016, p. 57), a "[...] organização da indústria tem o efeito de separar os empresários mais e mais dos trabalhadores, revivendo a escravidão, que assume uma nova forma". Como aponta Silva, no texto "O escravo e o operário", é nova forma de escravidão porque, antes, o escravo trocava o seu trabalho, que é mercadoria, por outras mercadorias (comida, vestuário, moradia) e tinha um dono, agora o operariado troca seu trabalho por dinheiro, com o qual compra tais mercadorias ($M \rightarrow D \rightarrow M$) e, supostamente, é livre.

A ameaça constante de destruição das casas, das fábricas, das máquinas, dos estoques de mercadorias e da matéria prima, foi uma política sindical adotada pelos trabalhadores, mal pagos e sem fundos de greve, para superar as fraquezas, como apontou Smith que, naquele momento histórico, serviu como arma para pressionar os empresários e garantir a solidariedade entre os trabalhadores. A solidariedade é o princípio maior na política sindical. Esse princípio é que garante a eficiência e a eficácia dos movimentos grevistas.

Mas, qual tipo de solidariedade? Certamente não pode ser uma solidariedade pragmática¹⁰, que busca a maior quantidade de bem individual, a qual

⁹ Luddismo se refere ao líder inglês dos trabalhadores, Ned Ludd. Esse tipo de política e luta sindical "[...] foi reprimida com a pena de morte (lei de 1812) ou deportação" (SANDRONI, 1999, p. 357).

¹⁰ A ética pragmática "[...] es individualista y relativista; **individualista**, debido a que el accionar de todo individuo se justifica por su éxito personal, y **relativista**, puesto que no acepta principios de valor universal. Para el pragmático lo único importante es *saber bandearse en la vida*, descubrir la manera de triunfar." FAIRON.

Durkheim (2010) chamou de solidariedade orgânica¹¹. Mas, com certeza, deve ser a solidariedade utilitarista¹² que, Durkheim (2010) denominou de solidariedade mecânica¹³. Utilitarista porque busca a maior quantidade de bem para a maior quantidade de trabalhadores possível. Para Durkheim (2010, p. 108), a solidariedade mecânica "[...] só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida pela personalidade coletiva" e a solidariedade orgânica só é "[...] possível se cada um tem uma esfera de ação que lhe é própria, por conseguinte, uma personalidade". Ou seja, na solidariedade utilitarista a consciência coletiva se sobrepõe à individual e na pragmática é o seu inverso. Portanto, a política sindical só terá eficiência e eficácia com a solidariedade utilitarista, na qual a liberdade coletiva deve se sobrepôr à liberdade individual, como apontou Silva, no texto "A ética da greve e a greve da ética".

Depois de um século de muita luta dos trabalhadores contra os empresários e contra o Estado, além da luta entre os trabalhadores cartistas¹⁴ e os trabalhadores luddistas, em 1824 foi votada, pelo Parlamento inglês, a lei que permitiu a livre associação dos trabalhadores. Como apontou Antunes (1985, p. 17), "[...] as associações sindicais já existiam na Inglaterra desde o século anterior, mas eram violentamente reprimidas no desempenho de suas atividades". E, a partir dessa legalização da uniões sindicais (trade-unions) na Inglaterra, esse mesmo direito foi

¹¹ Durkheim (2010, p. 70) denomina de solidariedade orgânica aquela que surgiu da divisão social do trabalho. Pois, "[...] a individualidade do todo cresce ao mesmo tempo em que a das partes; [...] ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos têm mais movimentos próprios. [...] Assemelha-se aquela que se observa nos animais superiores. Cada órgão aqui tem sua fisionomia especial, sua autonomia e, entretanto, a unidade do organismo e tanto maior quanto mais marcada e a individuação das partes."

¹² A ética utilitarista "[...] afirma que uma ação é boa quando maximiza a felicidade para o maior número de pessoas possível. É coletivista pela forma imparcial dessa afirmação. Pois, a felicidade de uma pessoa não conta mais do que a felicidade de qualquer outra pessoa da coletividade ou do grupo". SILVA, in "A ética da greve e a greve da ética".

¹³ Por analogia, Durkheim (2010, p. 69) chama de solidariedade mecânica "[...] As moléculas sociais, que apenas dessa maneira seriam coerentes, só poderiam, pois mover-se com o conjunto na medida em que não tem movimentos próprios, como o fazem as moléculas dos corpos inorgânicos."

¹⁴ O nome da Carta do Povo. Foi uma que os trabalhadores apresentaram ao Parlamento inglês, contendo seis reivindicações: "[...] 1) sufrágio universal masculino; 2) igualdade de direitos eleitorais; 3) voto secreto; 4) legislaturas anuais; 5) abolição do censo eleitoral (baseado na propriedade); 6) remuneração das funções parlamentares. Integrado por diversas correntes político-ideológicas (democratas, socialistas, jacobinos) e sob a liderança de Feargus O'Connor, William Lovett, Julian Harney e Brontere O'Brien, o movimento cartista promoveu numerosas manifestações de denúncias das condições de vida dos trabalhadores e defendeu a jornada de dez horas de trabalho e o direito à organização de classe e representação parlamentar" (SANDRONI, 1999, p. 84).

sendo arduamente conquistado pelos trabalhadores dos demais países europeus e do continente americano.

2 DA FUNÇÃO

O sindicato é um fenômeno social multifacetado, pois, atua nas esferas social, econômica, política e jurídica. É social porque tem caráter associativo, que, como vimos, necessita da solidariedade e organização da classe trabalhadora. Na área econômica atua para estabelecer relações estreitas, permanentes e dinâmicas com o capital, tanto na esfera macro (inflação, produtividade, etc.), quanto no plano micro, dentro das empresas (salário, condições de trabalho, greve, acordos coletivos, etc.). Tem uma política porque, como apontou Queiroz (2015, p. 19), "[...] disputa, luta por poder, controle estatal e, sobretudo, pelo caráter coletivo, que dá legitimidade e possibilidade de influenciar", historicamente, nos destinos do país. E, juridicamente, faz parte do ordenamento legal de uma nação. Também, além de acordos e tratados internacionais, faz os acordos e convenções coletivas com força de lei, na defesa dos direitos e interesses coletivo ou individual dos trabalhadores.

Os sindicatos, segundo Queiroz (2015), têm, basicamente, quatro funções: 1) organizar, representar e lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores; 2) negociar ou promover a contratação coletiva, para tanto, se necessário, realizar greves na hipótese de recusa patronal; 3) promover cursos, seminários, simpósios, congressos e mobilizações para desenvolver o senso crítico dos trabalhadores e formá-los para o exercício da cidadania; e, 4) lutar por justiça social; o que pressupõe participar e influenciar nas decisões e processos políticos para que a riqueza seja distribuída com mais equidade, garantindo mais dignidade ao trabalhador durante sua vida laboral e na aposentadoria. Lembrando que riqueza não é dinheiro, como o senso comum costuma definir, mas, trabalho acumulado. Como aponta Smith (1983, p. 47), "[...] trabalho é a fonte natural da riqueza". Então, para se angariar riqueza, deve-se acumular trabalho, dos outros. Logo, o sindicato deve lutar por uma melhor distribuição dos frutos desse trabalho, ajudando construir uma sociedade mais justa e menos excludente.

Porém, como bem aponta Gramsci, o sindicato é apenas uma forma de mercadoria-trabalho no sistema capitalista, que se organiza para dominar o mercado sindicalista. Para tanto o sindicato deve se aparelhar com funcionários e técnicos,

especialistas na arte de dirigir as forças operárias para estabelecer, diante do poder do capital, "[...] um equilíbrio vantajoso para a classe operária" (2011, p. 79). Para tanto, o sindicato, além conseguir o maior número de filiados possível, deve disciplinar os trabalhadores, afastando-os dos caprichos, das veleidades e das volubilidades que são próprios das massas populares, demonstrando assim, ao empresariado, que os trabalhadores respeitarão os acordos coletivos.

Portanto, no sistema capitalista, o sindicato é o símbolo da legalidade dos trabalhadores e responsável, perante seus filiados e familiares, pela luta na manutenção do emprego e do salário. Logo, por uma melhor divisão da mais-valia, ou seja, o sindicato é o responsável pela luta dos trabalhadores na conquista do seu o pão e do seu teto.

Conclusão

Como apontado acima, o sindicalismo é um estafe do modelo de produção capitalista e sofre, junto com o capitalismo, as mesmas agruras das crises cíclicas. Ora, um período de baixa, ora de alta. Portanto, todos os movimentos do capital refletem diretamente no movimento sindical. Tanto que, no período de baixa, o sindicalismo também entra em crise e, no período de expansão do capitalismo, ocorre uma maior probabilidade de as reivindicações salariais serem satisfeitas. Então, do ponto de vista sindical, nas crises econômicas, o sindicato deve "lutar" para que o capitalismo retome a seu crescimento. Por outro lado, são nos momentos de crise que os trabalhadores, enquanto classe, podem reunir forças e dar os primeiros passos para mudar a estrutura administrativa da sociedade.

Infere-se, a partir do acima exposto, que o sindicato só tem significado no e para o capitalismo. Logo, deve-se também considerar que lutar contra o sistema capitalista, pressupõe-se lutar contra a organização sindical. Como afirma Pannekoek, no texto "O sindicalismo", que "[...] o sindicalismo tem horror ao comunismo, que representa uma ameaça constante à sua própria existência. Em regime comunista não há patrões nem, por conseguinte, sindicatos". Sem dúvida, o sindicato é, em si, capitalista, porém nada impede que seus dirigentes, em processo autofágico, alinhem-se em projeto de um partido político que lute pelo fim do capitalismo e por uma sociedade mais igualitária.

Resta ser respondido: Por que os trabalhadores devem se organizar no sindicato? A resposta é: Na relação capital/trabalho, na luta pela divisão da mais-valia, o trabalhador não deve, individualmente, opor-se ao dono do capital. Para o empresariado é intolerável qualquer tipo de revolta solitária. Por isso existem sindicatos que impessoalizam as revoltas e negociam em nome dos seus filiados. Assim, o sindicato tem a função de negociar com o empresariado acordos coletivos de trabalho. Porém, como na guerra, quando a política falha, parte-se para guerra, também na política sindical, quando as negociações emperram, apela-se para a greve. A greve é uma ação coletiva e jamais um trabalhador deve fazê-la solitariamente.

Pode-se concluir que no modo de produção capitalista, não existe empresário sem trabalhador, nem trabalhador sem patrão e afirmar que os empresários não dão e nunca deram empregos. Eles compram uma mercadoria chamada força de trabalho, pela qual pagam um salário. Salário esse que o empresariado sempre tenta aviltar. Pois, pensar que o empresariado não queira aviltar salários, equivale pensar que o empresariado queira abrir mão da sua taxa lucro. Então, foi da discussão sobre a taxa de lucro dos empresários que fizeram com que os trabalhadores se organizassem em associações. Além de melhores salários, os trabalhadores também reivindicavam redução das horas trabalhadas, melhoria nas condições de trabalho e o direito de livre associação.

Portanto, os sindicatos de trabalhadores surgiram da disputa pela divisão da mais-valia com o empresariado e a existência dos mesmos só tem sentido no modo de produção capitalista. Visto que, a divisão social do trabalho e a consequente aparição de duas classes sociais, em si, não determinam a luta de classes. Como apontado acima, o que determina a luta de classe, no capitalismo, é a disputa pela mais-valia.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo C. O que é sindicalismo. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson (Organizador). O leitor de Gramsci: Escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010.
- _____. Ética e sociologia da moral. São Paulo, SP: Martin Claret, 2016.
- FAIRON. Ética Pragmática. Disponível em: <http://globedia.com/perfil/fairon/>. Acesso em 03/06/2017.
- GRAMSCI, Antonio. O leitor de Gramsci: Escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HARVEY, David. Para entender o Capital. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. Vol.1
- HOBBSBAWM, Eric. Os trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2015.
- KURTZ, Robert. O colapso da modernização: Da derrocada da socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.
- MARX, Karl. O Capital: Processo de produção capitalista. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983. V.1 (Os Pensadores).
- _____. O Capital: O processo global da produção capitalista. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983. V.3, tomo 1 (Os Pensadores).
- _____. MARX: Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1987. V. 1 (Os Pensadores)
- PANNEKOEK, Anton. O Sindicalismo.
Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/mes/sindicalismo.htm> Acesso em 09/07/2017
- QUEIROZ, Antônio Augusto de. Para que serve e o que faz o movimento sindical. Brasília, DF : DIAP, 2015.
- SANDRONI, Paulo (Organização e supervisão). Novíssimo dicionário de economia. São Paulo, SP: EDITORA BEST SELLER, 1999.

SILVA, A. C. A ética da greve e a greve da ética. Disponível em:
http://acslogos.dominiotemporario.com/doc/A_ETICA_DA_GREVE_E_A_GREVE_D_A_ETICA.pdf. Acesso em 10/06/2017.

_____. O escravo e o operário. Disponível em:
http://acslogos.dominiotemporario.com/doc/O_ESCRAVO_E_O_OPERARIO.pdf.
Acesso em 10/06/2017.

SMITH, Adam. Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas. Volume I. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)